



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Nº 01/2026 – FMAS

CONTRATANTE:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, PELO MUNICÍPIO DE CUMBE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS GRUPOS SCFV.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EDITAL DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 01/2026 FMAS
(Processo Administrativo nº 01-DL-2026) FMAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2026

Torna-se público que O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CUMBE, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº14.515.834/0001-44, situada na **Rua Maria Góes de Moraes, nº 72– CEP: 49.660-000 - Centro de Cumbe - Sergipe**, por meio do(a) Departamento de Licitações e Contratos do Município, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do Lei 14.133, ART. 75, INCISO II, Lei 123/2006 e redação dada pela Lei 147/2014, Decreto Municipal nº 125, de 19 de março de 2025 e IN Nº 73/2022.

LOCAL DA SESSÃO: LICITANET (<https://www.licitanet.com.br>)

PERÍODO DA ETAPA DE LANCES: (de 23/04/2026 às 08:00 até 23/04/2026 às 14:00)

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1.O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação para **AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, PELO MUNICÍPIO DE CUMBE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS GRUPOS SCFV**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será realizada por **ITEM** conforme detalhamento constante no Termo de Referência, visando à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

1.2.1. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do LICITANET.COM, disponível no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal Licitanet.com, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações (**Art. 14 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021**):

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ou instrumento equivalente, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. sociedades cooperativas.

OU



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada;

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente o fornecimento;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar o fornecimento nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

3.8. A proposta poderá ser alterada ou substituída pelo fornecedor até o momento de abertura da sessão pública, conforme regras do sistema eletrônico adotado.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir do horário e da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será **automaticamente** aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos,



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual/total/unitário do item/lote (conforme o caso e exposição do sistema eletrônico onde ocorrerá a disputa).

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta. O intervalo de lances é definido na Tabela de itens/lotos deste Aviso de Dispensa, bem como, no sistema eletrônico onde ocorrerá a disputa.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado pela Administração, devidamente apurado mediante pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta poderá ser intimado a encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora. Em caso de solicitação de planilhas de custos, será de obrigação da Contratante encaminhar modelo para a referida adequação e demonstração dos custos de sua proposta.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. conter vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.7.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;

5.7.2. serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

5.7.3. será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

5.8. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do fornecimento ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

6.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício (quando solicitado).

6.6. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.6.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato ou do instrumento equivalente, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de **02 (dois) meses** prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato ou do instrumento equivalente;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato ou do instrumento equivalente que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato ou do instrumento equivalente;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou do instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato ou do instrumento equivalente;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou do instrumento equivalente;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não afasta a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999, esta última, quando da ausência de Leis municipais que tratem do assunto.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Licitanet.com e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de **Brasília-DF**, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

9.13.3. ANEXO III – Minuta de Ordem de Fornecimento.

Cumbe, 08 de Abril de 2026.

CARIVALDO LIMA DE SANTANA NETO
Agente de Contratação – Portaria nº 218/2025



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

- 1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 1.11 - Cópia do RG e CPF do representante legal;

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual**, com a apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de negativa emitida pelo Estado, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente aos débitos estaduais;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

2.7 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda **Municipal**, com a apresentação da Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

3 Qualificação Econômico-Financeira:

3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

4 Qualificação Técnica:

4.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, observando-se o disposto no Art. 67, II, da Lei 14.133/2021.

5. OUTROS DOCUMENTOS

5.1 Declaração, sob pena de inabilitação, de que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

5.2. Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta.

5.3. Declaração que não emprega menor inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.4. Declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação;

5.5. Declaração de não vínculo de sócios;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

TERMO DE REFERÊNCIA
FORNECIMENTO - Contratação Direta

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1 *AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, PELO MUNICÍPIO DE CUMBE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS GRUPOS SCFV.*

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) meses contados do(a) data de sua assinatura.

1.3. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 28.722,90 (vinte e oito mil, setecentos e vinte e dois reais e noventa centavos).**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A presente contratação visa à aquisição de instrumentos musicais para atender às atividades desenvolvidas no SCFV, conforme descrito no DFD.

2.2. O SCFV tem como objetivo promover a socialização, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além do desenvolvimento cultural dos usuários. Os materiais solicitados são essenciais para o apoio ao processo de aprendizagem nas oficinas de música desenvolvidas pelas equipes técnicas do SCFV.

2.3. A ausência desses instrumentos compromete diretamente: a continuidade das oficinas de música; o desenvolvimento pedagógico e cultural; o alcance das ações socioassistenciais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. Após análise das alternativas disponíveis (aquisição, locação ou compartilhamento), verificou-se que a aquisição definitiva dos instrumentos apresenta melhor custo-benefício, considerando a utilização contínua nas atividades do SCFV e a inexistência de soluções mais vantajosas no mercado local.

3.2. A contratação contemplará o fornecimento integral dos materiais especificados no Termo de Referência, com entrega imediata, devendo a empresa contratada responsabilizar-se por todas as etapas necessárias ao fornecimento, incluindo separação, acondicionamento adequado, transporte, descarregamento e entrega no local indicado pela Administração, situado na Rua Maria Góes de Moraes, nº 72, Centro, Cumbe/SE, CEP 49.660-000, sem quaisquer custos adicionais para o município.

3.3 Os materiais deverão ser novos com garantia mínima de 12 meses; em conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade, prazos estabelecidos e demais exigências legais, assegurando o pleno atendimento às demandas do Serviço de Convivência do Município de Cumbe.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

3.4 A solução, portanto, consiste no fornecimento direto e imediato dos instrumentos musicais, com responsabilidade integral da empresa contratada até o recebimento definitivo pela Administração. Caso sejam constatadas irregularidades ou desconformidades, a contratada deverá providenciar a substituição dos itens no prazo estipulado, sem ônus para o Município, garantindo a continuidade dos serviços da secretaria de assistência social.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

4.3. Os produtos devem atender padrões de qualidade e durabilidade.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.2. A vigência contratual será de 02 (dois) meses, suficiente para a execução e encerramento das obrigações.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

6.1. Garantia mínima de 12 meses;

6.2. Substituição de itens defeituosos sem custo;

6.3. Assistência técnica quando aplicável.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

7.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução do contrato ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou instrumento equivalente, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.3.1. O fiscal do contrato ou instrumento equivalente anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato ou instrumento equivalente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

7.3.2. O fiscal do contrato ou instrumento equivalente informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ou instrumento equivalente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou do instrumento equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou do instrumento equivalente (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou do instrumento equivalente (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR POR ITEM**.

8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no **ANEXO I DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**.

8.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no **ANEXO I DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**.

8.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento ou similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.4.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

contrato ou instrumento equivalente que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

ORGÃO: 3000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 30000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATIVIDADE: 08.245.0019.2127 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
3390.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
FONTE: 1660
1661

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 10.1 Especificar com clareza os itens necessários em cada requisição;
- 10.2 Realizar conferência dos materiais entregues, verificando a conformidade com o pedido;
- 10.3 Efetuar os pagamentos conforme estabelecido no contrato ou do instrumento equivalente, mediante entrega e aceitação dos itens.
- 10.4 Promover o pagamento à Contratada do valor resultante da contratação, no prazo estipulado e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.5 Zelar para que durante toda a vigência do ajuste sejam mantidas as obrigações assumidas pela Contratada, especialmente as condições de habilitação e qualificação;
- 10.6 Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitados pela Contratada, desde que atendidas as obrigações contratuais;
- 10.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 10.8. Exercer a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato ou do instrumento equivalente;
- 10.9 Aplicar as sanções previstas em lei ou neste Termo de Referência.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações da Contratada:

- 11.1 Garantir a entrega dos materiais em perfeitas condições de uso, sem avarias ou defeitos, conforme especificações;
- 11.2 Substituir, sem custos adicionais, quaisquer itens que apresentem defeitos de fabricação ou incompatibilidade;
- 11.3 Cumprir os prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- 11.4 Apresentar nota fiscal detalhada com descrição dos materiais fornecidos.
- 11.5. Endereçar ao Gestor e aos Fiscais do contrato ou instrumento equivalente todas as informações e comunicados relativos ao fornecimento, eletronicamente ou por outros meios;
- 11.6. Informar ao Contratante, durante toda a vigência do ajuste, qualquer contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

afinidade, até terceiro grau, inclusive de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de agentes vinculados ao Contratante;

11.7. Responsabilizar-se por todos os vícios e defeitos do objeto, durante todo o período de vigência;

11.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que sejam solicitados pelo Contratante, relativos a qualquer problema relacionado ao fornecimento;

11.9. Comunicar ao Contratante, de imediato e por escrito, quando verificar condições inadequadas para o fornecimento e eventual iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do Contrato ou do instrumento equivalente, para a adoção das medidas necessárias à sua regularização;

11.10. Comunicar ao gestor e aos fiscais do contrato ou do instrumento equivalente, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) de antecedência, os motivos que porventura impossibilitem o cumprimento do prazo previsto para o fornecimento, com a devida comprovação;

11.11. Emitir o documento fiscal eletrônico correspondente ao fornecimento.

12. PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘g’ da Lei n. 14.133/2021:

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou do instrumento equivalente e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou do instrumento equivalente;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

O fiscal do contrato ou do instrumento equivalente deverá apresentar junto a documentação para liquidação o registro próprio de fiscalização e quando necessário deverá apresentar as evidências pertinentes.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	TECLADO Teclado arranizador, com 61 teclas sensíveis ao toque (touch sensitive) e acionamento semi-pesado. Deverá possuir sistema de som embutido, polifonia mínima de 64 notas, e oferecer recursos como efeitos de reverb, chorus, equalizador e efeitos digitais avançados, além de uma ampla variedade de timbres, incluindo sons de instrumentos acústicos e eletrônicos, como piano, guitarra, bateria, metais, efeitos sonoros e sintetizadores. O teclado deverá contar com acompanhamento automático em diversos estilos musicais, como pop, rock, jazz, bossa nova, entre outros, função "One Touch Setting" para configuração automática com um toque, e funcionalidades de gravação e reprodução de arquivos MIDI. Deverá dispor de entradas para pedal de sustentação, entrada auxiliar de áudio (line-in) e entrada para microfone, bem como saídas de áudio estéreo e para fones de ouvido, além de conexão USB tipo "USB to Host" para integração com computadores e tablets, e conectividade Bluetooth, quando aplicável, para transmissão sem fio de áudio e dados MIDI. A interface deverá contar com tela LCD retroiluminada, botões de acesso rápido, botões de navegação e controles dedicados para ajuste de efeitos e volume. A alimentação deverá ser por meio de adaptador AC ou via baterias, quando aplicável, com funcionamento em 110V ou sistema bivolt automático. O equipamento deverá ser acompanhado de adaptador de energia, suporte para partituras, manual do	UND	02	R\$ 1.832,72	R\$ 3.665,44



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

	usuário e pedal de sustentação. Deverá ser fornecida garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, com disponibilidade de assistência técnica autorizada no território nacional.				
2	<p>ESCALETA</p> <p>escaleta deverá possuir 37 teclas, confeccionadas em plástico de alta resistência, com superfície de fácil manuseio, garantindo conforto e durabilidade no uso contínuo. O sistema de afinação deverá ser diatônico ou cromático, conforme especificado no processo de aquisição. O corpo do instrumento deverá ser produzido em material ABS ou polímero reforçado, com acabamento polido ou fosco, conforme as especificações de design do fabricante, assegurando resistência e estética compatíveis com o uso educacional. A emissão sonora deverá apresentar timbres nítidos e agradáveis, com afinação apropriada para execução de músicas tradicionais ou populares, proporcionando boa sonoridade. O instrumento deverá possuir som acústico com projeção sonora adequada para atividades em grupo e uso em ambientes de sala de aula. Deverão acompanhar o produto os seguintes itens: manual do usuário, garantia mínima de 12 meses, embalagem de transporte resistente e, quando aplicável, acessórios adicionais como peças de reposição. Por tratar-se de um instrumento acústico, não deverá incluir conectividade elétrica ou digital, sendo ideal para fins educacionais, especialmente em salas de aula. A escaleta deverá contar com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação e disponibilidade de assistência técnica autorizada no território nacional. Destina-se ao uso educacional, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades musicais dos alunos, tanto em ambientes escolares quanto em atividades culturais e pedagógicas. Os instrumentos</p>	UND	20	R\$ 206,19	R\$ 4.123,80



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

	fornecidos deverão ser novos, de fabricação recente, acompanhados de nota fiscal e documentação de garantia conforme exigido, atendendo integralmente às especificações descritas. Esta licitação tem como objetivo a aquisição de instrumentos de qualidade, adequados ao uso didático e conforme os padrões exigidos.				
03	FLAUTA DOCE FLAUTA, flautas doces soprano germânica, produzida com resina, ideal para iniciantes e aulas de música	UND	30	R\$ 61,67	R\$ 1.850,10
04	BLOCO SONORO BLOCO SONORO (PLÁSTICO OU MADEIRA)	UND	04	R\$ 421,84	R\$ 1.687,36
05	VIOLÃO DE NYLON - Instrumento musical de cordas, com corpo sólido e tampo de madeira, equipado com cordas de nylon, braço estreito, facilitando a execução de acordes e dedilhados, especialmente para iniciantes e músicos avançados. Ideal para aulas de música	UND	10	R\$ 593,50	R\$ 5.935,00
06	ENCORDOAMENTO PARA VIOLÃO DE NYLON -, kit encordoamento para violão fabricado em náilon	KIT	14	R\$ 74,63	R\$1.044,82
07	ESTANTE DE PARTITURA Estantes de Partitura, Estrutura fabricada em metal para garantir durabilidade e estabilidade, Base tripé ou dobrável, proporcionando excelente estabilidade durante o uso, Material da superfície da partitura metálico ou de material resistente, com suportes para prender as partituras de forma segura, Acabamento com pintura em pó ou acabamento antirruído, oferecendo maior durabilidade e resistência ao desgaste, Altura ajustável, com sistema de ajuste de altura e mecanismo de fácil	UND	20	R\$ 136,14	R\$2.722,80



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

	operação, permitindo a configuração ideal para o músico, Inclinação ajustável, permitindo ajuste da inclinação do suporte para partituras, garantindo a melhor visualização, Fixação segura, com sistema de travamento que evita movimentações indesejadas durante o uso, Dobrável ou desmontável, facilitando o transporte e o armazenamento, Leve, com peso aproximado que facilite o transporte, Compacta quando dobrada ou desmontada, permitindo fácil armazenamento em locais pequenos ou em malotes de transporte, Capacidade de suportar partituras até o formato A4 ou equivalente, oferecendo suporte ideal para materiais musicais em apresentações e ensaios, Braços de fixação ou clipes para manter as partituras firmemente no lugar durante o uso, quando aplicável, Fabricada para suportar uso constante em ambientes educacionais e de apresentações, Manutenção simples, recomendando a limpeza com pano seco e manutenção de mecanismos de ajuste Garantia e Assistência Técnica, Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, Assistência técnica autorizada pelo fabricante no território nacional				
08	CABO P10 DE CINCO METROS CADA Tipo Cabo P10/P10 (plugue de 1/4 de polegada), Conectores P10 mono ou estéreo de alta qualidade, com boa fixação e contato estável, Conectores metálicos niquelados ou dourados, garantindo melhor condutividade e resistência à corrosão, Comprimento de 5 metros, Material do cabo com revestimento em PVC de alta resistência ou outro material flexível e durável, adequado para uso contínuo em ambientes educacionais e profissionais, Condutores com fios de cobre de alta pureza, proporcionando excelente transmissão de sinal e baixa interferência, Isolamento com revestimento interno de material isolante para proteger contra	UND	15	R\$ 42,06	R\$ 630,90



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

	interferências e garantir boa qualidade de áudio, Revestimento externo reforçado, resistente ao desgaste, ao calor e ao atrito, ideal para uso frequente e transporte, Cabo projetado para suportar uso contínuo, com alta resistência a torções e estiramentos, Conectores com proteção contra quedas e impactos, Garantia de alta performance mesmo após uso extensivo e manuseio frequente,				
09	CAIXA DE SOM, Caixa de Som, Caixa de som de formato retangular ou outro, com design ergonômico e adequado para uso em diferentes ambientes, Potência nominal: 500W, Faixa de Frequência: 55Hz – 18kHz, garantindo som de alta qualidade tanto nas frequências graves quanto agudas, ou equivalente , Entradas: P2, P10, XLR, USB, conectividade bluetooth para conectar os equipamentos de áudio com facilidade, Manual do usuário, Cabos de conexão	UND	3	R\$ 970,90	R\$ 2.912,70
10	MICROFONE COM CABO DE 5 METROS COM PEDESTAL CADA - MICROFONE COM FIO, microfones com fio com cabo p10 produzido com metal, com chave liga e desliga	UND	06	R\$152,59	R\$ 915,54
11	CAJÓN 1 UNIDADE cajón deverá ser fabricado em madeira de alta qualidade, com acabamento liso e resistente, proporcionando durabilidade e bom som para execução de ritmos diversos, o modelo a ser adquirido deve ter as seguintes características mínimas, Altura mínima de 46 cm, Largura mínima de 30 cm, Profundidade mínima de 30 cm, Corpo em madeira de alta resistência, preferencialmente compensado ou MDF de alta densidade, Tampo superior em madeira tratada, capaz de gerar som nítido e	UND	01	R\$ 598,89	R\$ 598,89



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

	encorpado, Corda ou sistema de ressoadores internos que proporcionem qualidade sonora adequada, Acabamento liso e polido, com verniz protetor que preserve a durabilidade e a estética, Pintura externa resistente a desgastes,				
12	TRIÂNGULO triângulo deverá ser de boa qualidade sonora, resistente e adequado para o uso em grupos musicais e educativos, o modelo a ser adquirido deve atender às seguintes especificações mínimas, Fabricado em aço inoxidável ou material similar de alta resistência para garantir durabilidade e qualidade sonora, O triângulo deve ser fabricado de forma a produzir um som claro e nítido, com boa projeção sonora, Comprimento entre 15 cm e 25 cm, dependendo do modelo, Espessura do metal adequada para garantir boa ressonância e volume, deverá ter a forma tradicional de um triângulo equilátero, com arestas bem acabadas e sem rebarbas que possam prejudicar a segurança do uso, deverá ser fornecido com uma corda ou suporte resistente para ser pendurado, facilitando o manuseio em apresentações, deverá incluir uma baqueta de aço ou madeira, com comprimento de aproximadamente 25 cm a 30 cm, para a percussão do triângulo, com ponta fina e resistência para garantir uma boa batida no instrumento, deve ter acabamento polido e visualmente atraente, com acabamento que impeça a corrosão e desgaste precoce	UND	1	R\$ 87,33	R\$ 87,33
13	PANDEIRO MEIA LUA pandeiro deverá ser de alta qualidade sonora, resistente e adequado para o uso em grupos musicais, escolas ou atividades de ensino de música, o modelo solicitado deve atender às seguintes especificações mínimas, O aro do pandeiro deverá ser fabricado em madeira de boa qualidade ou alumínio, garantindo durabilidade e resistência, A pele do	UND	2	R\$ 98,99	R\$ 197,98



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

	<p>pandeiro deverá ser de material sintético de alta qualidade ou couro legítimo, proporcionando uma boa sonoridade e resistência ao desgaste, As platinelas, tambores, deverão ser feitas de latão ou aço, com som claro e nítido, distribuídas de forma a garantir a sonoridade característica do pandeiro, Diâmetro entre 10 e 12 polegadas, de acordo com o padrão tradicional do pandeiro meia lua, Espessura do aro com medida suficiente para proporcionar uma boa acústica e resistência ao uso contínuo, deve ter o formato tradicional de meia lua, com aro aberto e as platinelas posicionadas de forma estratégica ao longo da borda, A pele deve ser esticada adequadamente, garantindo uma afinação estável e duradoura, O pandeiro deverá gerar um som nítido e ressonante, com o som das platinelas claramente audível ao ser agitado ou percutido com a mão ou baqueta, A pele deverá ser facilmente afinada e resistente à alteração de tom devido ao uso contínuo, deverá ter acabamento liso, livre de imperfeições, com verniz protetor ou acabamento natural, de forma a garantir durabilidade e estética, O aro deve ser bem liso, sem rebarbas ou bordas cortantes, garantindo segurança durante o manuseio, deverá ter uma estrutura confortável para segurar durante as apresentações e atividades educativas, com design ergonômico que facilite o manuseio, A superfície da pele deve ser lisa e sem rachaduras, para evitar desconforto ao toque</p>				
14	<p>PANDEIROS PARA ATIVIDADES MUSICAIS pandeiro deverá ser de alta qualidade sonora, durável e adequado para o uso em grupos musicais, escolas ou atividades de ensino de música, o modelo solicitado deverá atender às seguintes especificações mínimas, O aro do pandeiro deverá ser fabricado em madeira de boa qualidade ou alumínio, proporcionando</p>	UND	2	R\$ 156,61	R\$313,22



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

	durabilidade e resistência, A pele do pandeiro deverá ser de material sintético de alta qualidade ou couro legítimo, capaz de gerar um som claro e consistente, e resistente ao desgaste, As platinelas, tambores, devem ser feitas de latão ou aço, com som nítido e projeção adequada para o instrumento, Diâmetro entre 10 e 12 polegadas, 26 a 30 cm, com padrão tradicional do pandeiro, Espessura do aro com medida suficiente para garantir resistência e boa acústica, deve ter formato tradicional, com o aro fechado, contendo platinelas fixadas ao longo da borda, A pele deve ser bem esticada e resistente, permitindo fácil afinação e boa resposta ao toque, deverá gerar um som claro e ressonante, com platinelas nítidas ao ser percutido com a mão ou baqueta, A pele deve permitir uma afinação estável, com boa ressonância e timbre, deverá ter acabamento liso e sem imperfeições, com um verniz protetor ou acabamento natural de alta qualidade, O aro deve ser bem liso, sem rebarbas, proporcionando segurança ao manuseio, deverá ser de fácil manuseio, com design ergonômico para garantir conforto durante o uso, seja em apresentações ou ensaios, A superfície da pele deve ser livre de rachaduras e imperfeições para evitar desconforto ao toque				
15	CLAVES PARA ATIVIDADES MUSICAIS claves devem ser de boa qualidade sonora, duráveis e adequadas para uso em grupos musicais, escolas e atividades de ensino de música, o modelo solicitado deverá atender às seguintes especificações mínimas, deverão ser fabricadas em madeira de alta qualidade, como mogno, rosewood ou outro tipo de madeira resistente e com boa ressonância, proporcionando som claro e nítido, As claves devem ser polidas, sem rebarbas, para garantir conforto e segurança no	PARE S	10	R\$ 28,23	R\$ 282,30



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

	manuseio, Comprimento entre 20 cm e 25 cm, Diâmetro de aproximadamente 2 cm a 3 cm, proporcionando um toque confortável e equilíbrio entre peso e som, devem produzir um som nítido e ressoante, com boa projeção sonora, ideal para uso em apresentações de grupos musicais e atividades de ensino, As claves devem ser balanceadas para proporcionar uma sonoridade consistente ao serem percutidas, devem ter acabamento liso e bem polido, garantindo durabilidade e estética, e evitando danos ao instrumento com o uso contínuo, Não devem apresentar fissuras ou falhas no material que possam prejudicar a qualidade do som ou a segurança do uso, devem ser leves e confortáveis de segurar, proporcionando fácil manuseio para músicos de todas as idades, especialmente para crianças e iniciantes em aulas de percussão				
16	<p>AGOGÔS PARA ATIVIDADES MUSICAIS –</p> <p>agogô deve ser de boa qualidade sonora, durável e adequado para uso em grupos musicais, escolas e atividades de ensino de música, o modelo solicitado deverá atender às seguintes especificações mínimas, deverá ser fabricado em aço, latão ou bronze, materiais que garantam durabilidade e boa sonoridade, A parte de percussão deve ser resistente ao uso contínuo e à oxidação, com acabamento que previna o desgaste rápido do instrumento, everá ter duas campanas com tamanhos e tons diferentes, proporcionando uma sonoridade rica e harmônica, Altura das campanas entre 15 cm e 25 cm, variando conforme o modelo, com o objetivo de gerar um som claro e de boa projeção, O corpo do agogô deve ser de tamanho proporcional, garantindo conforto ao segurar e tocá-lo, deve produzir um som nítido e ressoante, com timbres distintos</p>	UND	02	R\$ 112,97	R\$ 225,94



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

	para cada campana, O som deve ter boa projeção sonora, adequado para uso em apresentações ao vivo ou em atividades de ensino de música, permitindo a audição clara das notas durante as performances, deve ter acabamento polido e livre de imperfeições, com design visualmente atraente, O instrumento deve ser bem estruturado, com as campanas fixadas de forma segura e estável, evitando qualquer risco de descolamento ou desgaste durante o uso, deverá ser projetado para ser facilmente manuseado, com um design ergonômico que facilite o toque durante as apresentações e ensaios, O instrumento deve ser leve e equilibrado, para facilitar o uso por músicos de todas as idades, incluindo iniciantes em aulas de percussão, O agogô deverá ser fornecido com uma baqueta de madeira ou aço, com ponta resistente, de aproximadamente 25 cm a 30 cm, que permita uma boa projeção do som sem prejudicar a integridade das campanas				
17	<p>PEDESTAL PARA PRATO DE PERCUSSÃO</p> <p>Pedestal para prato de percussão, tipo estante, com altura ajustável, estrutura reforçada, com acabamento cromado ou pintura eletrostática resistente à oxidação, base com pés duplos, em formato de tripé, com ponteiros de borracha antiderrapantes para maior estabilidade durante o uso, deve ser fabricado em aço tubular ou liga metálica de alta resistência, acabamento deve ser cromado ou pintura eletrostática, Altura ajustável Mínima de 65 cm e máxima de 120 cm, Com travas de segurança, Com inclinação ajustável (tipo girafa ou reto, conforme modelo), Com pés duplos e ponteiros emborrachadas, Para suportar pratos de até 22 polegadas com firmeza e segurança, Entre 2,5 kg e 4 kg</p>	UND	01	R\$ 1.025,56	R\$ 1.025,56



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

18	BAQUETA DE FELTRO PARA PRATO Baqueta de feltro para prato, tipo sinfônica/orquestral, ideal para uso em apresentações musicais, bandas, fanfarras ou orquestras, indicada para execução de efeitos como crashes e sustenidos em pratos de choque ou pratos suspensos, Corpo em madeira maciça de alta qualidade (ex: marfim, jatobá ou similar), Ponteira (cabeça) em feltro denso e prensado, com acabamento uniforme, Comprimento total aproximado: entre 30 cm e 40 cm Diâmetro do cabo: entre 1,2 cm e 1,6 cm, Fixação da ponteira ao cabo com adesivo resistente ou costura reforçada, garantindo durabilidade, Feltro branco ou bege, com toque macio e som aveludado ao contato com o prato, Peso aproximado por unidade: entre 80 g e 150 g (par)	PAR	2	R\$ 251,61	R\$ 503,22
----	---	-----	---	------------	------------

VALOR GLOBAL: R\$ 28.722,90 (vinte e oito mil, setecentos e vinte e dois reais e noventa centavos).

14. DO PRAZO PARA FORNECIMENTO DOS QUADROS:

14.1 Prazo máximo para fornecimento é de 30 (trinta) dias úteis.

15. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

15.1 SUSTENTABILIDADE:

A contratação deverá observar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, em conformidade com a legislação vigente e as boas práticas de compras públicas sustentáveis, visando à redução de impactos ambientais e ao uso racional de recursos.

Nesse sentido, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

1. **Materiais sustentáveis:** Sempre que possível, os materiais didáticos e pedagógicos deverão ser produzidos com matérias-primas recicladas, recicláveis, atóxicas ou provenientes de fontes renováveis, em conformidade com normas ambientais e de segurança.
2. **Certificações ambientais:** Os produtos, especialmente os de papelaria, deverão possuir certificações ambientais reconhecidas, quando aplicável, como selo ou equivalente, que comprovem a origem sustentável da matéria-prima.
3. **Redução de embalagens:** Os itens deverão ser fornecidos com embalagens adequadas, priorizando materiais recicláveis ou biodegradáveis e evitando o uso excessivo de plástico e materiais não recicláveis.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

4. **Logística e transporte:** A contratada deverá adotar boas práticas de transporte e logística, buscando a redução de emissões de poluentes, otimização de rotas e utilização de veículos em boas condições de manutenção.
5. **Descarte adequado:** A empresa deverá orientar, quando aplicável, sobre o descarte correto das embalagens e materiais, contribuindo para a gestão ambiental adequada dos resíduos gerados.
6. **Conformidade legal:** Todos os materiais fornecidos deverão atender às normas ambientais, sanitárias e de segurança vigentes, não podendo conter substâncias tóxicas ou nocivas à saúde dos alunos e servidores.

Esses requisitos visam assegurar que a contratação atenda não apenas às necessidades pedagógicas do município, mas também aos princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental na Administração Pública.

16. DOS REQUISITOS DE EXIGIDOS PARA DOCUMENTAÇÃO:

ART 62. INC I - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I - Cópia do Contrato Social e suas alterações (se houver) / Registro Público no caso de Empresário Individual (EI)/ Comprovante de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), em caso de MEI ou Estatuto com Ata de Posse dos administradores da empresa a ser contratada;

II - Cópia do RG e CPF do representante legal;

ART 67 INC II. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL SERÁ RESTRITA A:

I - Certidões ou atestados, que demonstrem capacidade operacional no fornecimento ou similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

ART. 68. AS HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA DEVERÃO SER NA FORMA ABAIXO:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

II - Prova de regularidade com a Fazenda Federal;

III - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa;

IV - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa;

V - Certificado de Regularidade de Regularidade Social e FGTS que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VI - Certidão de regularidade relativa débitos trabalhistas;

VII - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

ART. 69. INC. II A HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

II - Declaração que não emprega menor inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

III - Declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação;

IV - Declaração de não vínculo de sócios;

17. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO:

17.1 Durante a vigência do Contrato ou do instrumento equivalente, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante da Secretaria Municipal de Assistência Social de



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

transportes, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros, com autoridade para exercer, como representante da Administração da Prefeitura Municipal de Cumbe, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual, para posterior atesto da Nota Fiscal.

17.2 - A fiscalização de que trata este item, não exonera o licitante vencedor de suas responsabilidades contratuais, especialmente pelos danos causados a Prefeitura Municipal de Cumbe ou a terceiros, resultante de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

17.3 - Durante a vigência do Contrato ou do instrumento equivalente, o licitante vencedor deve manter preposto, aceito pela Administração da Secretaria, para representá-lo sempre que for necessário.

17.4 - A atestação de conformidade na execução do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do Contrato/ou do instrumento equivalente, ou a outro servidor designado para esse fim.

17.5 - À **FISCALIZAÇÃO** compete, entre outras atribuições:

I. Encaminhar a Diretoria Administrativa e Financeira da Prefeitura Municipal de Cumbe, documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas ao licitante vencedor.

II. Solicitar a empresa vencedora, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do fornecimento.

III. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade do fornecimento.

IV. Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato ou do instrumento equivalente, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

V. Acompanhar e atestar mensalmente o recebimento definitivo da execução, indicando as ocorrências de indisponibilidade do fornecimento.

17.6 A ação da FISCALIZAÇÃO não exonera o licitante vencedor de suas responsabilidades contratuais.

18. O RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE (Art. 140. Lei 14.133/2021:

O Objeto do contrato ou do instrumento equivalente será recebido:

I -provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização,

mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

II - definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

19. Disposições Gerais:

19.1. Este Termo de Referência integra o processo licitatório e deverá ser rigorosamente observado pela Contratada;

19.2. O não cumprimento das disposições deste Termo de Referência poderá resultar na aplicação de sanções previstas na legislação vigente;

19.3. Quaisquer dúvidas ou divergências serão resolvidas pela Secretaria Municipal competente, em conformidade com a legislação aplicável.

CUMBE, 26 DE MARÇO DE 2026.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

ELIANE FEITOSA DOS SANTOS
Diretora de Assistência Social

APROVADO E AUTORIZADO

EM, ____/_____/2026.

VALÉRIA FEITOSA ANDRADE MENESES
Secretária Municipal de Assistência Social



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

ANEXO III – MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Data: / /2026

Processo Administrativo nº: _____

Nota de Empenho nº: _____

Fornecedor: [Nome da empresa contratada]

CNPJ: [número do CNPJ]

Endereço: [endereço completo do fornecedor]

Telefone/E-mail: [contato do fornecedor]

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, PELO MUNICÍPIO DE CUMBE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS GRUPOS SCFV

Quantidade total autorizada: [especificar a quantidade total de comprimidos]

Valor unitário: R\$ [valor unitário]

Valor total: R\$ [valor total da ordem de fornecimento]

Prazo para entrega:

Local de entrega:

Responsável pelo recebimento:

Nome: _____

Cargo: _____

Telefone: _____

Observações:

- O fornecimento deverá estar em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no processo de contratação;
- A entrega deverá estar acompanhada da nota fiscal e dos respectivos documentos exigidos;
- O não cumprimento das condições poderá acarretar penalidades previstas em contrato ou do instrumento equivalente e legislação vigente.

Autorizado por:

Nome: _____

Cargo: _____

Assinatura: _____

Data: / /2026